

A PESSOA COM DEFICIÊNCIAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: UM DIÁLOGO A PARTIR DO CICLO DE POLÍTICAS

Paulo Eduardo Silva Galvão
Celeida Maria Costa de Souza e Silva

INTRODUÇÃO

Ao tratarmos das políticas educacionais para a educação superior que atendem a pessoa com deficiências neste nível de ensino, é preciso fazer menção ao direito à educação que é assegurado. Tomando como marco inicial para compreensão e análise do contexto das políticas educacionais o aparato legal contido na Constituição Federal de 1988, onde a Educação Superior passa a ser compreendida como um direito à educação.

Por meio do método analítico do Ciclo de Políticas de Ball (1994) e colaboradores, utilizando o Contexto da Influência e da Produção do Texto, é possível compreender como o aparato legal nacional e internacional foram sendo constituídos. Ou seja, o processo de formulação e reformulação de políticas mais abrangentes, desde sua atuação num espaço macro, até a sua aplicação num contexto micro, trazendo aspectos relevantes que se encontram inseridos em cada contexto. Desse modo, é possível orientar a investigação de políticas educacionais desde o contexto da influência (discursos, organismos, sistemas), da produção dos textos políticos legais, até o contexto da prática, onde as políticas podem ser reconstituídas.

Nesse caso, as arenas são: arenas públicas de ação - meios de comunicação social; arenas públicas mais formais - comissões, grupos representativos; e as redes políticas e sociais internacionais por meio da circulação de ideias, empréstimo de políticas e soluções. Esses órgãos internacionais (por exemplo: Unesco, Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional) influenciam o processo de formulação de políticas nacionais. Logo, há uma migração de políticas internacionais que são recontextualizadas em cada nação.

O Contexto da Produção de Texto é onde os textos políticos são realizados e articulados com a linguagem do interesse público mais geral. Eles representam a política. Nesse contexto, temos como arena: os textos legais, oficiais e políticos,

comentários formais ou informais sobre estes; pronunciamentos; vídeos; panfletos e revistas. Os textos são resultado de disputas e acordos entre políticos.

Desta forma, quando apreendemos a respeito da Políticas Educacionais para a Educação Superior ressalta-se que à medida que o aparato legal assegura e promove o acesso, a permanência, o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão nas IES (Instituições de Ensino Superior), o contexto da prática se efetiva.

Neste contexto é onde a política está sujeita à interpretação e recriação. Lugar onde ela produz efeitos e consequências que podem representar mudanças e transformações significativas na política original. As arenas são: IES e locais de atuação dos profissionais da educação. Por sua vez, os grupos de interesse são: professores e demais profissionais que tem papel ativo na aplicação das políticas. Ou seja, é a própria prática que ocorre nas IES.

A CONSTRUÇÃO DO DIÁLOGO ENTRE EDUCAÇÃO SUPERIOR, EDUCAÇÃO ESPECIAL E CICLO DE POLÍTICAS

Tomando o conhecimento quanto ao “Contexto da Prática” do Ciclo de Políticas elaborado por Bowe, Ball e Gold (1992), para os autores, neste contexto é onde a política pode ser reinterpretada e recriada e é onde podem ocorrer transformações e mudanças significativas naquilo que foi pensado como a política original. O importante nesse contexto é a ação que os sujeitos exercem nas localidades, fazendo, muitas vezes, com que as políticas sejam recriadas. Bowe, Ball e Gold (1992) mostram que as pessoas que atuam nas escolas (no nosso caso nas IES) e para as quais chegam as políticas educacionais, leem tais políticas a partir de suas experiências, vivências, valores e histórias, o que faz com que haja uma leitura que não seja ingênua.

Para desenvolver o diálogo quanto ao Contexto da Prática referido por Ball e autores, apropriou-se dos resultados na aplicabilidade do aparato legal, no que se reporta a acessibilidade o documento intitulado: “Documento orientador das comissões de avaliação *in loco* para instituições de educação superior com enfoque em acessibilidade” (2016). Neste documento orientador apresentam-se orientações necessárias ao processo de avaliação *in loco* e a promoção de acessibilidade nas Instituições de Educação Superior visando a integração entre o órgão avaliador e as IES avaliadas.

A abordagem do ciclo de políticas permite reconhecer que no Contexto da Prática, as políticas são colocadas em prática de forma diferenciada e resultam em uma variedade de interpretações e tradução dos textos legais, conforme a realidade de cada localidade e instituição. O resultado do Contexto da Prática apresenta-se de acordo com as evidências da aplicabilidade do aparato legal, as suas formas e estratégias aplicadas em cada realidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o proposto pelo estudo que era discutir as produções legais que legislam o ensino superior tendo em vista o direito à educação do estudante com deficiência nesta etapa de ensino, pode-se concluir que é possível realizar o estudo utilizando-se da abordagem do Ciclo de Políticas elaborado por Ball (1994) compreendendo que as ações a serem desenvolvidas pelas IES por meio dos núcleos de acessibilidade podem ser consideradas como o Contexto da Prática das políticas educacionais elaboradas para o ensino superior.

O levantamento referente ao aparato legal possibilita considerar que o “Contexto da Produção de Texto”, afirmado nas políticas educacionais do ensino superior busca garantir o acesso, a permanência e todo desenvolvimento das atividades de ensino, a pesquisa e a extensão dentro da instituição de ensino superior (IES) a medida em que estas políticas têm sido produzidas e materializadas no chão das próprias instituições.

REFERÊNCIAS

BALL, S.J. Diretrizes políticas globais e relações políticas locais em educação. *Currículo sem fronteiras*, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. xxvixliii, 2001. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol1iss2articles/ball.pdf>. Acesso em: 3 de fev. de 2020.

BALL, S.J. *Education reform: a critical and post structural approach*. Buckingham: Open University Press, 1994.

BOWE, Richard; BALL, Stephen J.; GOLD, Anne. *Reforming Education and Changing Schools: case studies in policy sociology*. London: Routledge, 1992.

BRASIL. Ministério da Educação. *Documento orientador Programa Incluir – Acessibilidade na Educação Superior*. Secadi/Sesu-2013. Brasília/DF, 2013.

Disponível em: <<http://portal/mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>>.
Acesso em: 10 jan. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. *Documento orientador Programa Incluir – Acessibilidade na Educação Superior*. Secadi/Sesu-2013. Brasília/DF, 2013.

BRASIL. Ministério da educação e cultura. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Documento orientador das comissões de avaliação *in loco* para instituições de educação superior com enfoque em acessibilidade. Secadi/Sesu – 2016. Brasília/DF, 2016.

BRASIL. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Censo da Educação Superior: Resumos Técnicos – 2017. Disponível em: http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2017/resumo_tecnico_2017.pdf Acesso em: 12 de jan. de 2020.